

Regimes de informação e bibliotecas comunitárias: elementos para uma reflexão¹

Tauane Fonseca Esteves

Estudante de graduação em Biblioteconomia da Universidade de Brasília – UnB. Pesquisadora do Programa de Iniciação Científica – PROIC/UnB

Rodrigo Rabello

Orientador da pesquisa. Docente da Faculdade de Ciência da Informação – FCI – da UnB. Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista – UNESP.

Os regimes de informação constituem um quadro conceitual que remete a ambientes nos quais se encontram a relação entre política e informação na Sociedade da Informação. À luz de tal relação, o artigo objetiva discutir sobre variáveis presentes em conceituações de regimes de informação tocantes ao fenômeno das bibliotecas comunitárias. Para tanto, lança mão de uma abordagem qualitativa com base em um levantamento bibliográfico. Inicialmente se apresenta um panorama de definições sobre regimes de informação e de seus elementos constitutivos, para, então, expor o conceito de biblioteca comunitária. A partir de ambas as conceituações traça-se um quadro que relaciona os fenômenos a partir de aspectos semelhantes. Com base na análise apresentada foi possível observar que aspectos dos regimes de informação podem ser considerados para a compreensão do fenômeno, ou seja, para proposição e manutenção de bibliotecas comunitárias.

***Palavras-Chave:** Regimes de Informação. Bibliotecas comunitárias. Sociedade da informação. Inclusão social.*

Regimes of information and community libraries: elements for reflection

The regimes of information constitute one conceptual framework which refers to environments that have relationship between politics

¹ Pesquisa realizada no âmbito do projeto PROIC “Documento e institucionalidades: dos valores probatórios à validação da informação”, sob a responsabilidade do Dr. Rodrigo Rabello, professor do Curso de Biblioteconomia da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília. Resumo do texto apresentado no Congresso de Iniciação Científica da UnB, 2019. Edital PROIC UnB 2018/2019. Relatório formatado conforme parâmetros da revista *Perspectivas em Ciência da Informação*.

and information at Information Society. In this connection, the article has the aim to discuss about the variables present in conceptualization of regimes of information with the community libraries's phenomenon. The article presents an qualitative approach based on bibliographic research. Initially, is presented a conceptual panorama of regimes of information with your elements, then, expose the conception of community libraries. With both concepts, a framework has been created to connect both phenomenons from the similarities. Based on the analysis carried, it was possible to observe that regimes of information aspects can be considered to understand the phenomenon, proposition and maintaining of community libraries.

Keywords: *Regimes of information. Community libraries. Information society. Social Inclusion.*

1. Introdução

Com o avanço da tecnologia e disseminação da informação, um novo tipo de sistema social – pensado em termos de Sociedade da Informação – tem como base e matéria-prima a informação, provocando diversas alterações na sociedade (UNGER; FREIRI, 2008), sobretudo tocantes aos meios de comunicação à circulação do conhecimento. De acordo com González de Gómez (2002, p. 103), tal sistema social “[...] está diretamente ligado às possibilidades de acesso à informação” em que o “[...] ser social necessita de suporte informacional para que possa realizar suas aspirações e aquelas que a própria sociedade demanda”.

As tensões políticas que envolvem acesso e demandas por informação podem ser investigadas em termos de regimes de informação, definidos “[...] como um quadro normativo e regulatório internacional que é menos rígido e menos formal que o sistema jurídico, mas que serve para ligar todas as partes envolvidas em determinada matéria de interesse” (BRAMAN, 2004 apud UNGER; FREIRI, 2008, p. 93).

Portanto, deve-se frisar a existência de processos, tecnologias, leis e normas que moldam o funcionamento desses regimes. Em uma sociedade na qual a rápida circulação da informação é uma exigência da dinâmica do sistema social, têm-se regimes que estipulam ações segundo as quais definem qual é o caso em que a informação será considerada de um modo e não de outro (GONZÁLEZ de GÓMEZ, 1999).

O conceito de regime de informação pode ser compreendido como um “[...] ambiente físico onde se instalam os artefatos tecnológicos e as políticas informacionais que regulam sua

produção e comunicação” (UNGER; FREIRI, 2008, p. 93). Nesse contexto, também se tem como característica a recuperação de informação e suas ofertas geradas a partir da necessidade informacional dos sujeitos que compõem alguma comunidade usuária. Tal conceito se faz pertinente, dentre outros aspectos, para o estudo do fenômeno informacional considerando, por exemplo, a influência de meios de comunicação de massa junto a sociedades segmentadas por classes (UNGER; FREIRI, 2008).

Considerando que os regimes informacionais demarcam um local no qual existe a relação entre a política e a informação, o fenômeno das bibliotecas comunitárias, nesse contexto, se insere como expressão de ambientes privilegiados para a investigação, à medida que constituem espaços políticos criados pela e para a comunidade (MACHADO, 2008). Elas exercem o “[...] papel educacional de desenvolver competência em informação em seus usuários, para que estes sejam dotados de conhecimentos, habilidades, atitudes e, portanto, autonomia para buscar, acessar e utilizar a informação” (ALMEIDA; FREIRI, 2019, p. 3791).

Uma biblioteca comunitária pode ser considerada como refúgio informacional para comunidades as quais não recebem investimentos do Estado em políticas públicas. Tais instituições, nessa direção, visam combater a exclusão informacional a partir de uma luta pela igualdade e justiça social. Deve-se ter em mente que as bibliotecas comunitárias, diferentemente das públicas, em tese não possuem vínculo com organizações governamentais, e devem ter sempre como um de seus objetivos o auxílio no desenvolvimento da comunidade (MACHADO, 2008).

Considerando o pano de fundo as ações de informação que conformam regimes, bem como a relevância do posicionamento político de comunidades para responder questões informacionais, o presente texto objetiva apresentar a contribuição do conceito de regimes de informação para a compreensão do fenômeno das bibliotecas comunitárias.

Em termos metodológicos, a pesquisa é de natureza básica e qualitativa, adotando como procedimento levantamento bibliográfico (ALMEIDA, 2014; RICHARDSON, 2017), a partir de fontes as quais abordam a temática relativa aos regimes de informação em consonância com outras unidades de informação, visando o entendimento da correspondência conceitual de tais regimes para com as bibliotecas comunitárias.²

² A fim de identificar estudos capazes de subsidiar o objetivo preestabelecido, realizou-se um mapeamento bibliográfico, entre outubro de 2018 e abril de 2019, a partir do qual foram angariadas pesquisas provenientes das seguintes fontes de informação nacionais: Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), no Portal de periódicos de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); e em bases internacionais: Library and Information Science Abstracts (LISA); Library, Information, Science and Technology Abstracts (LISTA), Web of Science (WoS) e Scopus. Também foram analisados os anais de evento do ENANCIB. No processo de busca utilizou-se a opção “busca avançada”

2. Regimes de Informação

As transformações ocorridas na atual sociedade são consequências do aprimoramento e evolução das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e do papel da informação no ambiente social. Nesse contexto, a Sociedade da Informação se apresenta como uma “organização social na qual a geração, processamento e transmissão da informação convertem-se em fontes fundamentais da produtividade e do poder” (CASTELLS, 1997, p. 47). Já os regimes de informação remetem às relações de informação-poder-conhecimento que se intensificaram a partir da evolução da tecnologia (GONZÁLEZ de GÓMEZ, 2012). O conceito de regimes informacionais designa um conjunto de redes na qual a matéria-prima é a informação que estabelece contato com públicos e audiências distintas no sentido de suprimir situações de necessidades de informação específicas (GONZÁLEZ de GÓMEZ, 2002).

Converge-se com o entendimento de que o conceito de regime de informação permite compreender a distribuição de poder social dentro de uma comunidade a partir de agentes responsáveis por distribuir a informação em distintos contextos. Estes sujeitos são responsáveis por suprir demandas informacionais de interesse de comunidades usuárias, podendo, porém, alterar ou substituir as informações disponíveis. Desse modo, pode-se dizer que os regimes de informação trabalham com insumos informacionais que têm poder para construir um ciclo informacional que perpassa ações como a gênese da informação que será disseminada, acessada e utilizada posteriormente, gerando, por conseguinte, novos conhecimentos e informações (GONZÁLEZ de GÓMEZ; CHICANEL, 2008).

Diversos autores sistematizam o conceito de regime de informação com base em componentes que permitem o desenvolvimento de um ambiente informacional que libere a circulação da informação. Estes componentes são:

- *Atores sociais*, que “constroem suas identidades através de ações formativas” (FARIAS; VARELA; FREIRE, 2013, p.178-179);

preconizada por cada uma das fontes de informação citadas, adotando-se, ainda, operadores booleanos (AND e OR), que auxiliaram a localização de artigos/materiais que abordassem os regimes informacionais em ambientes reais, de modo que esta temática pudesse ser, posteriormente, associada aos estudos relativos às bibliotecas comunitárias. No processo de busca não houve restrição em relação à data de publicação dos documentos e ao idioma. O resultado final do mapeamento foi a seleção de 18 artigos selecionados, sendo 5 (cinco) de bases de dados internacionais e 13 (treze) de base de dados nacionais. Mesmo que, para realização do trabalho, todos os artigos selecionados foram usados como base bibliográfica, a pesquisa concentrou-se nos estudos das autoras Isa Maria Fabiana Araújo Freire e Maria Nélide González de Gómez para abordar a conceituação de regimes de informação (representando 7 artigos entre os 18 selecionados). Para tratar sobre bibliotecas comunitárias, a autora Elisa Campos Machado trouxe contribuições para a pesquisa por abordar as unidades de informação como ambientes de prática social.

- *Dispositivos de informação*, que são “conjunto de produtos e serviços de informação e das ações de compartilhamento de informação” (FARIAS; VARELA; FREIRE, 2013, p.178);
- *Artefatos de informação*, que consistem nos “materiais de armazenagem, processamento e transmissão de dados, mensagens e informação” (FARIAS; VARELA; FREIRE, 2013, p.179);
- *Ações de informação*, que podem constituir **ações de mediação** (objetiva orientar outra ação informacional), **ações de informação formativa** (na qual a informação não é o meio, mas a finalização) ou ser **ação de informação relacional** (utilizada quando se tem como objetivo intervir em outra ação de informação para obter direções) (FARIAS; VARELA; FREIRE, 2013, p. 179).

Deve-se frisar a existência de canais para a transmissão da informação, o local onde ela se propaga, e a mensagem em si, que só existe a partir do diálogo entre o emissor e o receptor da informação. Em todos os elementos apresentados existe uma relação entre os regimes de informação e um poder externo que determina a circulação da informação a partir do ator que produz a mensagem que será transmitida por meio de canais até o receptor, podendo sofrer diversas alterações no processo de disseminação, conseqüentemente, alterando sua forma de representação (ZANETTI; SILVA, 2012 apud LIMA; CAPRIOLI; MORAES, 2018).

Frohmann é um dos autores que trabalham com a construção do conceito em questão. A expressão regime de informação surgiu de seus estudos na área de política de informação, considerando-a necessária para compreensão de grupos sociais, de seus interesses e discursos. Ele trabalha com a Teoria Ator-Rede (TAR), de Bruno Latour, e com a teoria do poder para problematizar a atuação de sujeitos em redes formadas por fluxos de informação que percorrem diversos canais. Bibliotecas podem ser consideradas como participantes dessa rede informacional onde se observam fenômenos como produção, intermediação e uso da informação, em relações segundo as quais podem ser interpretadas em termos de ações que conformam regimes (GONZÁLES DE GÓMEZ, 2012).

Para Braman (2004), regimes de informação não se limitam apenas às definições de Frohmann. A autora tem uma visão mais global sobre o conceito, e o trata como Regime de Informação Global Emergente (RIGE), que aborda o assunto fora do âmbito nacional. Nesse sentido, os regimes são tratados em um cenário de políticas públicas e internacionais, no qual abrange três categorias para a sua existência, sendo:

[...] o **governo** (instituições formais, regras e práticas de entidades geopolíticas[...]), a rede ampliada de organizações e atores estatais e não estatais cujas decisões e comportamentos têm efeito sobre a sociedade e requer a formulação de programas de **governança**, e o contexto cultural e social a partir do qual surgem e são sustentados os modos de governança, garantindo a possibilidade de **governamentalidade**. (BRAMAN, 2004, p. 13 apud GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2008, p. 4).

Um terceiro autor que trabalha o assunto é Ekbia, que situa os regimes de informação a partir da criação de vivências diárias, com informações advindas de experiências próprias. Nessa direção, as práticas do dia a dia permitem a criação, a disseminação e a valorização da informação (GOZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012).

Com base no exposto, os regimes de informação podem ser concebidos como redes que permitem a transmissão de informações a partir de canais específicos para a interação entre sujeitos produtores, intermediadores ou utilizadores de informação. Em sua existência deve-se ter um ambiente que permita o diálogo entre as necessidades informacionais dos sujeitos e as políticas de informação. Dentro de um regime de informação, a necessidade de informação surge a partir da esfera em que ele se encontra, fazendo com que seja necessário a compreensão “[...] **do ambiente, da economia, do mercado e do poder exercido pelos grupos dominantes sobre os dominados**” (UNGER; FREIRE, 2008, p. 94, destaque nosso). Deve-se ter em mente que um regime de informação é composto por

[...] estoques informacionais [...]; diretrizes políticas que direcionam os conteúdos informacionais abrigados nos sistemas de informação; os seres humanos e suas necessidades; o ambiente social [...]; os mecanismos de distribuição do acesso à informação e os meios físicos que permitem o ir e vir de informação[...].

Para compreender a existência do regime de informação, saindo de realidades “estratosféricas”, deve-se “[...] catalogar o polêmico processo que resulta da tentativa da inquietada estabilização dos conflitos entre os grupos sociais, interesses, discursos, com os equitativos artefatos científicos e tecnológicos” (FROHMANN, 1995 apud UNGER; FREIRE, 2008, p. 94). Desse modo, deve-se considerar o contexto sócio-econômico-cultural em que os sujeitos estão presentes e as variáveis econômicas e governamentais que influenciam diretamente no fluxo e nas situações de necessidade de informação.

3. Bibliotecas comunitárias

Levando em consideração os conceitos até aqui trabalhados para compreensão de fenômenos informacionais contemporâneos, será trabalhado brevemente, nesta seção, o

conceito de bibliotecas comunitárias no sentido de tentar entender como esse fenômeno pode ser interpretado a partir do referencial trazido no âmbito das discussões sobre política de informação, em particular tocante à relação entre regimes de informação e ações de comunidades periféricas e excluídas informacionalmente.

O surgimento das bibliotecas comunitárias é consequência da carência de bibliotecas públicas e escolares em uma comunidade, que se dá devido a falta de implementação de políticas públicas que permitam o acesso à leitura e à informação. Dessa forma, a comunidade em questão atribui, a si própria, a responsabilidade de criação de um ambiente no qual será permitida a gestão coletiva e participativa dos sujeitos, naquela localidade, para o combate à exclusão informacional (MACHADO, 2008).

Existem duas possíveis formas de criação de uma biblioteca comunitária. A primeira delas espontaneamente por meio de um agente social ou cidadãos comuns de uma comunidade. A segunda preconizada pela mobilização de organizações coletivas, grupos não advindos do ambiente no qual a unidade de informação será implementada. Nesse caso, a maioria das vezes a biblioteca é formada por jovens ou líderes atuantes em movimentos sociais da comunidade, auxiliando, dessa forma, no desenvolvimento deste espaço que reúne uma coleção de itens que permite à comunidade o acesso livre a informação que não é ofertada pelo Estado (MACHADO, 2008).

O objetivo de uma biblioteca comunitária é trabalhar para resgatar, disponibilizar e defender a cultura local tanto da comunidade presente quanto da sociedade como um todo. Para alcançar tal feito, em sua criação deve-se pensar no ambiente de forma individual, com necessidades particulares e diferentes de outras bibliotecas, já que a comunidade varia de acordo com a área social. Nesse sentido, deve-se respeitar aspectos como características de cada ambiente, a economia, as crenças populares, a realidade cultural e social da comunidade da qual a biblioteca fará parte. Ela deve ser reflexo da população que visa atender, funcionando como uma espécie de refúgio informacional e cultural, que oferece serviços de informação e acolhimento aos indivíduos (MACHADO, 2008).

O ambiente de uma biblioteca comunitária, em tese, deve permitir e auxiliar o desenvolvimento da comunidade tendo em vista que o Estado não direciona suas políticas públicas para a população periférica, assim, ela surge com um papel de organizar e disponibilizar fontes de informação e serviços que auxiliam na criação de novos suportes informacionais. Dessa forma, o conjunto formado pela biblioteca e a comunidade usuária (moradores da comunidade, pessoas conhecidas que frequentam a região) permite a prática cidadã e a criação de novos conhecimentos. Consequentemente, a comunidade passa a se

inserir na sociedade a partir dos conhecimentos advindos de ação cultural e social que permitam a intermediação e o contato dos sujeitos com a informação.

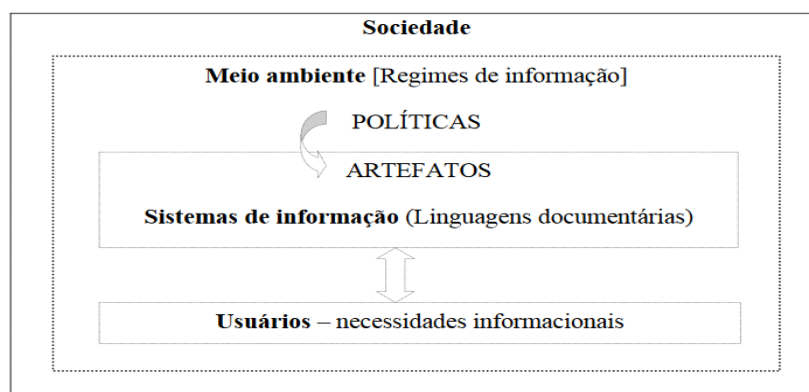
A partir da existência das bibliotecas comunitárias, a sociedade permite a democratização do acesso à informação e a potencial aquisição de novos conhecimentos pelos membros de uma comunidade, como resultado da “[...] ação cultural de um grupo que visa o combate à exclusão informacional como forma de luta pela igualdade e justiça social” (MACHADO, 2008, p. 6).

4. Regimes de informação e bibliotecas comunitárias: uma abordagem possível

De acordo com os conceitos até aqui trabalhados, percebe-se que os regimes de informação são compostos por variáveis. A partir de uma compilação do conjunto de concepções trazidas pelos autores citados, foram identificadas as seguintes variáveis no que concerne aos atributos que compõem um regime de informação: 1. Ambiente; 2. Economia/mercado; 3. Poder exercido pelos grupos dominantes sobre os grupos dominados; 4. Necessidade/interesse informacional da comunidade; 5. Maneiras de acesso à informação e sua recuperação pelos usuários; 6. Conflitos entre os grupos sociais (compreensão da diferença entre a realidade da comunidade na qual a unidade de informação está inserida e a realidade da sociedade não periférica); 7. Atores sociais; 8. Ações de informação.

A figura abaixo apresenta a descrição da inserção do regime de informação numa sociedade, a partir dos itens citados anteriormente:

Figura - Esquema descritivo do conceito de regime de informação



Fonte: Adaptado de Streatfield, 1982 apud Unger e Freire, 2008, p. 93

A existência da biblioteca comunitária, por si só, já é um ato político e de resistência. A partir da compreensão dos regimes de informação como locais onde existe a

produção, intermediação e utilização de informação, deve-se entender o sistema de informação e o meio ambiente no qual está inserido o que remete à ambientação da biblioteca comunitária. Os usuários, em tempos de *web 2.0*³ e Sociedade da Informação, têm papel ativo na produção e disponibilização da informação através de suas necessidades informacionais (BRASILEIRO; FREIRE, 2013). Do mesmo modo funciona o nascimento de uma biblioteca comunitária. Conforme observado anteriormente, a criação de uma biblioteca comunitária ocorre a partir do trabalho conjunto da comunidade e que, durante seu andamento, opera por meio do esforço coletivo dos moradores da comunidade, que auxiliam no seu funcionamento e na sua manutenção, colaborando com atividades para a sua manutenção (MACHADO, 2009).

No quadro abaixo é possível relacionar as variáveis de regimes de informação à sua aplicação para a interpretação de bibliotecas comunitárias:

Quadro 1 - Correspondência entre regimes de informação e bibliotecas comunitárias

Regimes de Informação	Bibliotecas Comunitárias
Ambiente/economia/mercado	“[...] surgem normalmente em lugares periféricos, em função da dificuldade de acesso aos bens culturais e da total ausência do Estado” (MACHADO, 2008, p. 5).
	“[...] a grande maioria encontra-se em áreas consideradas de exclusão, localidades carentes, de difícil acesso, seja pela distância, seja pela relação de vulnerabilidade em que se encontram” (MACHADO, 2008, p.7).
	“A referência espacial: estão, em geral, localizadas em regiões periféricas” (MACHADO, 2009, p. 89).
Poder exercido pelos grupos dominantes sobre os grupos dominados	A necessidade de apoio contínuo a esses projetos, principalmente nos primeiros anos de vida da biblioteca, ficou evidenciada na pesquisa (MACHADO, 2008, p. 13).
	“[...] o fato de não serem instituições governamentais, ou com vinculação direta aos Municípios, Estados ou Federação” (MACHADO, 2009, p. 89).
	“[...] vinculada a um grupo de pessoas, podendo ou não ser parceira ou ter apoio de órgãos públicos e privados” (MACHADO, 2009, p. 89).
Necessidade/interesse informacional da comunidade	“[...] a perspectiva comum do grupo em torno do combate à exclusão informacional como forma de luta pela igualdade e justiça social” (MACHADO, 2009, p. 89).

³ A *web 2.0* é a segunda geração da web e tem como característica a interação entre os usuários e a plataforma digital. “Nos ambientes e ferramentas da Web 2.0 os usuários podem acessar, criar, modificar, organizar e utilizar os mais variados objetivos entre textos, fotos, vídeos etc., o que proporciona” (SILVA; RUFINO, 2016, p. 21).

Maneiras de acesso à informação e sua recuperação pelos usuários	“A importância da biblioteca comunitária não está apenas em ter um grande acervo de livros e documentos em seus diferentes suportes, mas sim, no trabalho de organização, gestão e acesso democrático à leitura, à escrita, à informação e conseqüentemente ao conhecimento” (PRADO; MACHADO, 2008, p. 3-4).
Conflitos entre os grupos sociais	“Evidencia-se que, na maioria dos casos, as localidades não possuem equipamentos culturais, como nas regiões rurais ou nas regiões periféricas dos grandes centros urbanos” (MACHADO, 2008, p. 7).
Atores sociais	“Bibliotecas que surgem como práticas espontâneas, idealizadas e implementadas por agentes individuais ou coletivos; cidadãos comuns, com ou sem instrução formal, com ou sem apoio institucional [...] Esses novos espaços de leitura e informação, em sua maioria, são criados por pessoas que não estão vinculadas à área de Biblioteconomia e Ciência da Informação e objetivam a reunião de uma coleção de livros que possibilite, principalmente às crianças e aos jovens, o acesso ao livro e à leitura” (MACHADO, 2008, p. 5).
Ações de informação	“[...] apresentar a biblioteca comunitária como algo diferente da biblioteca pública, vinculada à esfera governamental, almejando constituir bibliotecas que tenham a cara de suas comunidades, que sejam espaços de acolhimento e de convivência e que tenham suas ações e serviços organizados com base na realidade e conhecimento locais” (MACHADO, 2008, p.5).
	“[...] essas bibliotecas devem criar mecanismos para colaborar no desenvolvimento de sua comunidade, potencializando os próprios talentos dos indivíduos e das comunidades, constituindo-se como espaços públicos voltados para a emancipação, onde a prática cidadã possa aflorar de forma inovadora, criativa e propositiva” (MACHADO, 2008, p.6).

Fonte: Elaborado pelos autores.

Desse modo, para uma biblioteca comunitária ser considerada à luz de conceitos de regimes de informação, deve ser levado em consideração o seu ambiente de existência a partir da visão política e social da unidade de informação, bem como dos motivos que levaram ao seu nascimento. Paralelamente ao local da biblioteca comunitária, têm-se, também, os conflitos entre os grupos sociais que ficam evidentes a partir da realidade social e cultural que rodeiam o ambiente. É necessário, ainda, observar o poder dos grupos dominantes sobre uma biblioteca comunitária, que emergem como forma de auxílio ou parceria, mas que têm o potencial para gerar ações que interferem na liberdade da biblioteca. O interesse pela informação e a maneira de acesso a mesma deve ser observada por meio das atividades propostas para combater a exclusão informacional gerada pela desigualdade social e falta de políticas públicas. Por fim, analisam-se os atores sociais que são responsáveis desde o nascimento da biblioteca comunitária e sua existência e manutenção, os quais são

responsáveis, também, pela criação de ações que permitam a integração da comunidade e dos usuários à sociedade e em seu desenvolvimento informacional.

5. Considerações finais

As bibliotecas comunitárias são instituições voltadas para a inclusão informacional da comunidade periférica dentro de um ambiente em que se tem a falta de políticas públicas. Dessa maneira, membros da comunidade se vêm na posição de agentes sociais que auxiliam na concepção de um local onde será possível a criação de novas informações por intermédio de ações informacionais, atendimentos aos interesses da comunidade local e auxílio de instituições que colaboram com o crescimento do acervo, dos produtos e serviços de informação mediante interesses dos membros da comunidade.

No nascimento desse ambiente, a biblioteca comunitária torna-se um lugar que permite a produção, a seleção, a aquisição, o armazenamento, o processamento, a intermediação e disseminação da informação para fins de acesso, recuperação e utilização pelos membros da comunidade. Paralelamente, e com características semelhantes, existem os regimes de informação que, por sua vez, integram um conceito que abrange as relações de poder informacional e os conhecimentos que são estabelecidos a partir da produção dominante da informação e se responsabiliza pela definição das normas e regras, do ambiente, das organizações e, por fim, dos sujeitos que serão implicados pelos fenômenos informacionais.

Por meio da abordagem dos regimes de informação é possível compreender a delimitação e o alcance das ações de informação e das relações de poder que fazem da informação algo com sentido em determinado contexto, a partir de determinadas variáveis. Abre-se, com isso, a possibilidade de analisar o fenômeno das bibliotecas comunitárias à luz das variáveis observáveis nos conceitos de regimes de informação.

6. Referências

ALMEIDA, J. L. S. A.; FREIRE, G. H. A. F. A biblioteca como organização aprendente na perspectiva da competência em informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. XIX., 2018. Londrina. **Anais...** Londrina, 2018. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/102245>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

ALMEIDA, M. S. **Elaboração de projeto, TCC, dissertação e tese: uma abordagem simples, prática e objetiva**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014. 83 p.

BRASILEIRO, F. S.; FREIRE, G. H. A. O processo de mediação da informação nas organizações a partir do contexto do regime de informação. **Anales de Documentación**, Mércia, v. 16, n. 1, p. 1-17, fev./mar, 2013. Disponível em: <<https://revistas.um.es/analesdoc/article/view/163711>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. O caráter seletivo das ações de informação. **Informare**, [s.l.], v.5, n.2, p.7-35, 1999.

GONZÁLEZ de GÓMEZ, M. N. Novos cenários políticos para a informação. **Ci.Inf.**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 27-40, jan. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652002000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 jun. 2019.

GONZÁLEZ de GÓMEZ, M. N. Regime de informação: construção de um conceito. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v. 22, n. 3, p. 43--60, set./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/14376>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

GONZÁLEZ de GÓMEZ, M. N.; CHICANEL, M. A mudança de regimes de informação e as variações tecnológicas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. IX., 2008. São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/ixenancib/paper/view/3060/2186>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

LIMA, L. M.; CAPRIOLI, M. S.; MORAES, J. B. E. Regime de informação e a relação com os canais de comunicação científica: a institucionalização científica da Ciência da Informação no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. XIX., 2018. Londrina. **Anais...** Londrina, 2018. Disponível em: <<http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIXENANCIB/xixenancib/paper/view/1050>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

MACHADO, E. C. **Bibliotecas comunitárias como prática social no Brasil**. 2008. Tese (Doutorado em Cultura e Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/104/GT>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

MACHADO, E. C. Uma discussão acerca do conceito de biblioteca comunitária. RDBCI: **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 7, n. 1, p. 80-94, 2009. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000007426/9f0fc64fae489779cedea745f1a6470d>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

PRADO, G. M.; MACHADO, E. C. Território de memória: fundamento para a caracterização da biblioteca comunitária. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. IX, 2008. São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://200.20.0.78/repositorios/bitstream/handle/123456789/1359/Territ%c3%b3rio.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 424 p.

SILVA, M. B.; RUFINO, F. M. A web 2.0 na informatização de bibliotecas: um estudo propositivo. **Ponto de Acesso**, v.10, n.2, p.17-38, ago. 2016. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/14447/11534>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

UNGER, R. J. G.; FREIRE, I. M. F. A.. Regimes de informação na sociedade da informação: uma contribuição para a gestão da informação. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 6, n. 1, p. 87-114, fev. 2008. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/2014>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

UNGER, R. J. G.; FREIRE, I. M. Sistemas de informação e linguagens documentárias no contexto dos regimes de informação: um exercício conceitual. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 4, n. 2, p. 102-115, set. 2006. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/2038>>. Acesso em: 30 jun. 2019.